

Privatização da área de saneamento básico atrai empresas estrangeiras

O processo de desestatização do setor de saneamento básico promete se constituir na nova onda de atração de investimentos privados, assim como ocorreu nas áreas de telecomunicações e energia elétrica. Metas estabelecidas na Política Nacional de Saneamento prevêem que o setor – responsável pelo faturamento de R\$ 7,4 bilhões e que gera mais de 100 mil empregos diretos – atinja a universalização da prestação dos serviços de saneamento básico à população urbana do país em três etapas distintas, durante 15 anos. Esse esforço exigirá, ao longo desse período, uma enxurrada de investimentos em infra-estrutura que giram em torno de R\$ 40 bilhões, criando mais 100 mil novos empregos diretos e indiretos, bem como efeitos positivos nas áreas de saúde e meio ambiente.

De olho nesse mercado promissor, além de poderosos grupos nacionais, estão sendo atraídas ao país empresas estrangeiras com capacitação técnica e financeira para disputar não apenas as grandes estatais, como a Cedae, Sabesp (SP), Corsan (RS), Embasa (BA), mas também empresas menores do interior.

É o caso da companhia inglesa Thames Water, que hoje inaugura oficialmente seu escritório no Rio de Janeiro para centralizar suas operações na América Latina. O evento trará ao Brasil William Alexander, presidente do grupo que emprega 8 mil funcionários, possui receita de US\$ 2,4 bilhões e gerencia US\$ 3,7 bilhões, em parceria com outros grupos, contratos na Europa, Ásia e América Latina. Em Porto Rico, por exemplo, responde por um terço do abastecimento de água do país.

O diretor do escritório da Thames Water do Brasil, Emílio Gabbrielli, considera que o nível internacional das tarifas praticadas no setor é um dos principais atrativos para as empresas estrangeiras. Ele antecipou a este jornal que a estratégia da empresa no Brasil é concentrar a investida nas grandes estatais e também prospectar negócios no interior. “Não estamos interessados apenas na Cedae ou Sabesp, por exemplo. Todas as outras estatais são interessantes, a exemplo da Corsan, Cesan (ES), Embasa e Cosan (SC), além das pequenas empresas municipais”, frisa.

O executivo explica que a investida da empresa no país se dará sempre através de consórcios com parceiros brasileiros. Desde janeiro no Brasil,

Gabrielli já conversou com representantes do Banco Bozano, Simonsen – que já possui *expertise* no setor com a sua participação na Prolagos – Light, grupo Monteiro Aranha, Construtora Odebrecht, Banco Pactual e outros.

“Não é concebível participar do mercado brasileiro sem um parceiro nacional”, arremata. Ele observa que um consórcio, dependendo do empreendimento disputado, pode ser integrado por um ou dois operadores, um integrante do setor financeiro, como um banco de investimento ou um fundo de pensão, além de uma construtora. Em São Paulo, também já se instalaram duas empresas francesas: a Vivendi e a Lyonnaise Des Eaux.

Gabbrielli elogiou a participação da Caixa Econômica Federal e do BNDES no sistema de privatização do setor de saneamento básico. Ele entende que o processo é positivo por permitir que os governos vendam até 100% das suas participações nas estatais do setor, como também viabiliza adiantamento de recursos para fazer a modelagem de venda e também para venda em si da empresa, num processo semelhante ao ocorrido na privatização do setor elétrico.

O potencial do setor de saneamento básico no país, que propicia o acesso a mais de 90% da população urbana a redes de abastecimento de água, é vasto. Mas, a qualidade dos serviços prestados ainda é sofrível, conforme Terezinha Moreira, chefe do Departamento de Operações de Saneamento Ambiental do BNDES. Em um estudo detalhado, ela descreve que o nível médio de perdas – físicas e comerciais – supera a 45%; além de precariedade no atendimento aos clientes; reduzidos níveis de cobertura em coleta e, principalmente, em tratamento de esgotos; e falta de capacidade para investimento.

“Considerados o faturamento superior a R\$ 7 bilhões, os contingentes populacionais ainda não atendidos – notadamente com serviços de coleta e tratamento de esgotos – e as elevadas perdas de faturamento, estima-se que o setor possa vir a gerar receitas acima de R\$ 10 bilhões por ano”, atesta Terezinha.

No Rio de Janeiro, o abastecimento de água atinge praticamente a toda população da região metropolitana, mas o mesmo não ocorre no interior do estado. Recente pesquisa feita pela Firjan detecta que 17% de um universo de 638 empresários entrevistados consideraram fundamental a realização de melhorias na rede de abastecimento de água especialmente nas regiões Norte e Leste do estado. As prioridades para a melhoria dos serviços de fornecimento de água atingiram índices nas duas regiões de,

respectivamente, 60% e 47%, sendo superados apenas pelos percentuais obtidos pelo item segurança.

Há hoje no País 27 companhias estaduais de saneamento básico, atendendo a mais de 3.600 municípios, e cerca de 1.800 sistemas municipais autônomos, em geral sob a forma de administração direta. A participação privada no setor iniciou-se em 1994, com cerca de 30 processos de concessões plenas ou parciais atualmente, em licitação ou já homologados, sobretudo na Região Sudeste.

Bom exemplo no Rio de Janeiro é o início, no final de janeiro passado, das operações da Prolagos, para atender Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Iguaba e São Pedro da Aldeia, com prazo de concessão de 25 anos. A empresa pretende investir ao longo desse período um total de R\$ 200 milhões. Desse total, R\$ 69 milhões serão aplicados nos três primeiros anos de vigência do contrato.

Em nível estadual, o governador Anthony Garotinho, apesar da resistência inicial, já começa a dar sinais de que pretende de desfazer da participação do estado (99%) na Cedae. No final do governo passado, a empresa foi colocada à venda, inicialmente por R\$ 4 bilhões, sendo o preço mínimo final fixado em R\$ 930 milhões. Mesmo assim, não foi vendida, devido a arguições jurídicas da titularidade da concessão dos serviços.

(Gazeta Mercantil - 27/04/99)

Comentário - *Se o setor de saneamento já gera R\$ 7,4 bilhões ao ano e pode vir a gerar mais de R\$ 10 bilhões no mesmo período caso aumente o número de consumidores atendidos e forem solucionados os problemas de perda de receita, não há como negar que é, sem dúvida uma questão de gestão e vontade política do governador para reverter o quadro atual - diminuição das perdas e universalização dos serviços. De olho no filão rentável do saneamento, visto como negócio, três empresas estrangeiras (uma inglesa e duas francesas) já aportaram no Brasil dispostas a abocanhar uma fatia do setor. Segundo a notícia, o governador do Rio já dá sinais de que vai acabar cedendo às pressões do Palácio do Planalto para privatizar o saneamento, o que contraria suas promessas de campanha. A luta contra a privatização promete se acirrar. Continuemos atentos.*

Saneamento, questão de prioridade

A possibilidade de prorrogação do contingenciamento, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no valor de R\$ 1,28 bilhão, destinados ao setor de saneamento, é uma demonstração clara de visão distorcida dos problemas que mais afligem e afetam a população.

Setor ligado umbilicalmente à saúde pública, o saneamento se vê, de repente, na iminência de ter que adiar importantes projetos de tratamento de esgotos, recuperação de rios degradados e de fornecimento de água potável, destinados à melhoria das condições de vida e de saúde da população.

É compreensível que o governo federal tenha necessidade de restringir seletivamente a liberação de recursos para conter os gastos públicos. Equacionar, planejar e administrar de forma correta o dinheiro público é, mais do que uma necessidade, uma obrigação.

Deixar, no entanto, de liberar recursos para áreas prioritárias como a do saneamento, colocando em risco a saúde e o bem-estar da população, não é certamente o caminho mais indicado.

No Estado de São Paulo, o "contingenciamento", feito pelo governo federal, neologismo utilizado até para substituir "congelamento" de verbas destinadas a investimentos no setor de saneamento, pode significar o comprometimento desnecessário de metas pré-estabelecidas em uma política responsável de saneamento traçada pelo atual governo do Estado.

Se mesmo em São Paulo, estado particularmente privilegiado por uma administração que teve, nos últimos quatro anos, a sensibilidade de colocar o saneamento como uma de suas prioridades máximas, a falta de liberação de recursos do FGTS pode provocar conseqüências danosas, o que dizer da maioria dos demais estados brasileiros, que vivem uma situação preocupante no que diz respeito ao saneamento e à saúde pública.

Os recursos do FGTS destinados ao saneamento que estão "contingenciados" são bastante significativos. As verbas retidas, certamente, não são suficientes para resolver os problemas de saneamento do país. Mas a suspensão do contingenciamento destes recursos, pelo CMN, poderá servir para, pelo menos, minimizar a situação preocupante na maioria dos estados brasileiros.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cada US\$ 1 investido em saneamento representa uma economia de US\$ 5 em atendimento à saúde da população. Com certeza, em termos meramente econômicos, investimentos em saneamento proporcionam a melhor taxa de retorno que pode existir para a qualidade de vida da população.

O que for liberado pelo CMN para aplicação, neste ano, em saneamento básico será economizado, nos próximos anos, em postos de saúde e em hospitais.

Isso quer dizer, com clareza, que mesmo do ponto de vista puramente macroeconômico não há justificativa para congelar a liberação desses recursos.

(Gazeta Mercantil - 23/04/99 - Página A-2)

Comentário – *Essa notícia deixa às claras as reais prioridades do governo brasileiro que, obviamente, não passam por garantir a saúde e a melhoria da qualidade de vida da população. Ao congelar o repasse de recursos da CMN e do FGTS para investimentos no setor de saneamento, enquanto gestão pública, já que para as operadoras privadas, hoje no setor, “as torneiras” estão abertas, o governo demonstra que, em tempos de corte de gastos públicos, os donos dos bancos Marka e FonteCindan merecem mais consideração do que brasileiros e brasileiras que, além do desemprego crescente, têm que amargar ausência de políticas públicas voltadas para a saúde, educação, habitação, segurança, trabalho e, claro, saneamento, como constatamos no texto acima. O argumento de FHC, naturalmente, é um só: “O país precisa cortar gastos para enfrentar a crise, as dificuldades”. Crise, dificuldades, de quem? Dos banqueiros, ora.*

Itamar pede ajuda a juristas

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, pediu ajuda à comissão de 11 juristas que estudará a privatização do sistema de energia elétrica, instalada ontem, para impedir “a dilapidação ou a entrega pura e simples” das usinas hidrelétricas e recursos hídricos do estado.

Presidida por José de Castro Ferreira, que chefiou a Advocacia Geral da União quando Itamar era presidente da República, a comissão analisará os aspectos legais e constitucionais da privatização das empresas de energia elétrica do país, um dos compromissos assumidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Se a comissão concluir que há base para contestação jurídica, Itamar tentará impedir a venda das empresas do setor no Supremo Tribunal Federal.

A forma de privatização planejada pelo governo federal, com separação dos sistemas de transmissão e geração, foi duramente criticada pelo ex-vice-presidente Aureliano Chaves, na solenidade de instalação da comissão. “O esquiteamento do nosso sistema hidrelétrico é um perigoso caminho”, afirmou, num emocionado discurso em que pediu a contribuição de todos “para que um país feito grande por obra de Deus não seja feito pequeno por obra de brasileiros”.

José de Castro disse que, com a criação da comissão de juristas, Itamar prestigiou o Direito contra a ditadura econômica” do governo federal. O ex-advogado-geral da União ressaltou a disposição dos integrantes da comissão de ir à fundo, na avaliação do plano de privatização do sistema de energia elétrica.

“As normas jurídicas não podem ser escravas de

critérios econômicos velozmente mutáveis, conforme as circunstâncias e, não raramente, de acordo com interesses de pessoas ou de grupos, muitas vezes acastelados no poder”, afirmou José de Castro.

Itamar fez questão de dar tom solene à instalação da comissão, convocando todo o secretariado para o ato, realizado no Palácio da Liberdade. O governador reafirmou a disposição de partir para a “confrontação política” com o Palácio de Planalto, na defesa dos rios e usinas hidrelétricas do estado.

“O problema da privatização não pode ser tocado da maneira como está sendo”, criticou Aureliano. O ex-vice-presidente disse que o programa de privatização ignora o fato de 96% da energia elétrica produzida no país vir dos rios. “É uma idéia errada”, acrescentou, vender separadamente os sistemas de transmissão e geração. “Querem isolar o sistema de transmissão primária e secundária do sistema de geração é caminhar perigosamente para impasses futuros”, alertou.

Aureliano arrancou aplausos dos presentes ao dizer que, embora tenha se afastado “de maneira definitiva” da vida pública, está disposto a ir à luta em defesa dos interesses nacionais na questão da privatização do sistema hidrelétrico. “Jamais me afastarei dos problemas que dizem respeito ao meu estado, ao meu país, tomando as posições que julgo necessárias, custe o que custar, tenham as consequências que tiver”, disse o ex-vice-presidente.

José de Castro prometeu que a comissão vai atuar com isenção e independência. “Vamos examinar a questão sobre todos os aspectos, inclusive o social. Um item que nos preocupa é como vão ficar os rios com a venda das hidrelétricas”, afirmou o advogado José Murilo Procópio de Carvalho, eleito o secretário-geral da comissão.

(Jornal do Brasil- Página 4 – Política - 27/04/99)

Comentário – *Só o governo federal parece não perceber o quanto é esdrúxula, absurda, essa sua decisão de fatar o sistema interligado de energia elétrica do país e separar a gestão das áreas de transmissão e de geração. Se o ex-aliado de FHC Itamar Franco hoje atira pedras contra a privatização das empresas do setor elétrico (a nosso ver, agora está do lado correto da luta), vale lembrar que em 1992, quando ocupou o lugar de Collor na Presidência da República depois do impeachment, fez de Fernando Henrique seu ministro da Fazenda, regendo a orquestração determinada pelo FMI, que já previa a venda das empresas estatais estratégicas, entre elas as do setor elétrico. Se Itamar reconsiderou suas posições ideológicas de lá pra cá ou se é movido puramente por interesses político-demagógicos*

não podemos saber ao certo. Mas em relação a Aureliano Chaves, fazemos uma ressalva: é um homem coerente. Nacionalista ferrenho, ex-vice presidente da República, ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano foi um dedicado aliado dos governos militares (não cabe aqui nenhuma análise político-ideológica dos anos de chumbo), mas conhece bem o setor energético brasileiro, que aliás ganhou grande impulso na década de 70 (década do "milagre brasileiro") com a criação da Eletrobrás. Ele sabe do que está falando, ao criticar a decisão do governo FHC e a privatização do setor. É um especialista que deve ser ouvido com atenção e respeito pelo Palácio do Planalto.

Conde quer dois emissários

O prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, tentará novamente transferir para o município os serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto nos bairros da orla marítima entre a Praia Vermelha (Zona Sul) e o Recreio dos Bandeirantes (Zona Oeste). "O carioca que mora nessa região paga caro e não recebe um serviço de qualidade. O Rio não precisa ter praias com águas poluídas", disse Conde, que se reúne com o governador Anthony Garotinho no próximo dia 14.

Para o prefeito, a Cedae tem se mostrado incompetente. "Em vez de um, a Zona Sul precisa de dois emissários. Bastaria desviar o esgoto de um para outro quando fosse preciso um reparo", explicou. Em dezembro, quando o então governador Marcello Alencar tentou privatizar a Cedae, Conde chegou a anunciar uma licitação para conceder os serviços na área compreendida entre Leme e Sepetiba. Mas a Cedae não foi privatizada e Conde teve de abortar seu projeto.

(Jornal do Brasil - 27/04/99 - Pág 21)

Comentário - *É, o governo federal conta com vários aliados ao seu projeto de privatização do setor de saneamento e o prefeito do Rio é um deles. Ao acusar a Cedae de incompetente, Conde finge esquecer que a empresa sofre há anos com a sistemática falta de investimentos, agravada no governo Marcello Alencar. Ao contrário do que afirma o prefeito Conde, a empresa se empenha em prestar um bom serviço à população fluminense, apesar das dificuldades administrativas que enfrenta - pioradas com a inclusão da Cedae no caixa único do Tesouro estadual. Privatizar os serviços não é a solução. Investimento, sim.*

Sebrae / RJ em ação

SANEAMENTO: Já está em andamento, na região serrana, o projeto *Isso é saneamento*. O objetivo é reunir os municípios da região em torno de um ideal de saneamento, com ações como a criação de uma usina de reciclagem de lixo e campanhas educativas que possibilitem o incremento do turismo.

(Jornal do Brasil - 25/04/99)

Comentário - *Depois da porta arrombada, não adianta trocar a fechadura. Essa é a idéia que fica ao lermos a notícia acima, pois, como sabemos, os serviços de água em boa parte da região serrana já estão nas mãos de investidores privados. Ações coordenadas em prol do saneamento e do esclarecimento da população merecem apoio, mas é preciso lembrar a importância de os serviços de saneamento serem mantidos sob a gestão do estado, sob pena de comprometer a saúde da população.*

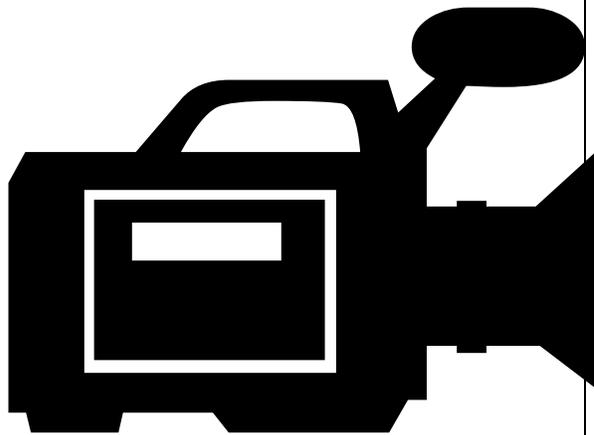
Privatização violenta

Os friburguenses que tanto reclamam da privatização da companhia de água, Amae, não fazem idéia do que aconteceu com a empresa de Petrópolis, a Caempe. O prefeito Leandro Sampaio (PSDB) simplesmente doou as águas petropolitanas, repassando para uma companhia privada todos os ativos, além do pleno direito de exploração, sem receber um centavo por isso.

E o que é pior, continua arcando com as despesas de pessoal e manutenção. Até os mananciais que nunca pertenceram à prefeitura foram doados. O caso está há mais de um ano dormindo na Justiça, e enquanto isso, a tarifa de água na cidade já subiu 70%.

(Tribuna da Imprensa - 22/04/99)

Comentário - *Só a mobilização da população será capaz de pressionar governos municipais e federal a solucionarem - ou, antes evitarem - absurdos como esse que aconteceu em Petrópolis. A luta contra a privatização mal começou. Os efeitos desastrosos de tais privatizações estão aí a nos revelar, diariamente, descabros como esse aumento de tarifas na cidade serrana.*



A partir da próxima semana estará disponível em nossa secretaria a relação das fitas que compõem o acervo da videoteca

A Aseac renovou recentemente convênio com a videoteca Global (Rede Globo), objetivando oferecer aos nossos associados documentários exibidos nos programas Globo Reporter, Globo Rural, Globo Ciência, Globo Ecologia, etc...